



FILME DA CRISE **COMO MONTENEGRO DERRUBOU O SEU GOVERNO**

P. 8

JORGE FERREIRA/GPPS



P. 9

ELEIÇÕES REGIONAIS

PAULO CAFÔFO PREPARADO PARA LIDERAR A MUDANÇA DE GOVERNO NA MADEIRA



P. 2 E 3

AUTARCAS SOCIALISTAS

SOCIALISTAS NOS TERRITÓRIOS

- **LUÍSA SALGUEIRO**
ANMP
- **PEDRO RIBEIRO**
ANA-PS
- **JORGE VELOSO**
ANAFRE

P. 4 A 6

ENTREVISTA A SOFIA PEREIRA

“A JUVENTUDE SOCIALISTA TEM DE LIDERAR A EXIGÊNCIA DE UM NOVO CONTRATO SOCIAL”



P. 7

PAULO CAFÔFO PREPARADO PARA LIDERAR A MUDANÇA DE GOVERNO NA MADEIRA

“É a hora de fazer a mudança na Madeira, com estabilidade e compromisso, com políticas públicas que respondam aos desafios da Região, com uma gestão que inspire confiança, com ações concretas que façam a diferença no dia a dia das pessoas. E isto, só o Partido Socialista pode garantir”, afirma Paulo Cafôfo.



O LÍDER do PS-Madeira e candidato à presidência regional salienta que “nunca, como agora, a Madeira teve uma oportunidade tão grande de fazer as mudanças de que precisa. E é com o Partido Socialista, com a nossa visão e a nossa determinação, que podemos concretizar essa mudança”, sublinhando que “é junto das pessoas e para as pessoas que vamos governar.”

Paulo Cafôfo desafia assim os madeirenses e porto-santenses a “fazerem história” e a concretizarem a mudança governativa na Região, pois “só o voto no PS representa a esperança, o

progresso e a estabilidade”.

“Uma mudança política é uma oportunidade para a renovação, para a adaptação e para a evolução”, assegura o presidente do PS-M, reforçando que com o PS “não haverá uma revolução, mas uma evolução que a todos beneficiará”.

As eleições regionais estão agendadas para o próximo dia 23 de março, numa altura em que a Madeira vive uma situação de instabilidade sem precedentes. Em cerca de ano e meio, esta é a terceira vez que os madeirenses e porto-santenses vão às urnas decidir o futuro da Região.

Após quase cinquenta anos de governação do PSD na Região, os madeirenses e porto-santenses continuam a não ter respostas para os problemas que enfrentam diariamente. Hoje a Madeira é a região mais pobre do país, com o menor poder de compra e os salários médios mais baixos de todo o território nacional. Na Saúde, as listas de espera duplicaram e, na habitação, a Região regista os preços mais elevados de Portugal. O líder socialista da Madeira assume assim o compromisso com os madeirenses de que, com um Governo do PS, serão implementadas políticas que facilitem o

justo acesso à saúde e à habitação, que promovam o aumento dos rendimentos, que potenciem a atração de investimento e a criação de mais empregos e mais bem remunerados.

“O PS está pronto para governar a Madeira”, afiança, alertando que a resolução dos problemas dos madeirenses não se pode fazer esperar. “Estamos cientes de que não é possível fazer tudo, nem de uma só vez, mas estamos prontos a arregaçar as mangas e a fazer diferente, porque está mais do que provado que a fórmula da governação do PSD está ultrapassada e esgotada”.

Com uma moção de estratégia global intitulada ‘Estabilidade e Compromisso’, Paulo Cafôfo candidata-se à presidência do Governo Regional “para fazer e não para apenas prometer”, apontando a Saúde e a Habitação como as grandes áreas prioritárias para o futuro Executivo socialista.

A menos de um mês das eleições legislativas regionais, Cafôfo defende que esse será o momento de os madeirenses decidirem entre continuar no mesmo caminho ou “abrir as portas à mudança e à esperança”, salientando que o PS vai a votos para transformar a Madeira e cuidar das pessoas. ■

HABITAÇÃO E SAÚDE SÃO PRIORIDADES DO PS-MADEIRA

A melhoria do acesso à Habitação e à Saúde, e o aumento dos rendimentos dos madeirenses e porto-santenses são as grandes prioridades do PS-Madeira.

NESTE SENTIDO, Paulo Cafôfo assume o compromisso de investir na construção de mais casas para terminar com a especulação imobiliária que se vive na Região. De acordo com os últimos dados divulgados pelo INE, o preço da habitação na Madeira continua a escalar e em 2024 foi a região do país onde o valor da avaliação bancária mais subiu.

Com este propósito, irá, nos primeiros 90 dias de governação, implementar um plano integrado

de apoios ao acesso à habitação, que englobará apoios às rendas, à reabilitação e à aquisição de casas, incluindo o programa ‘Primeira Chave’. Através deste programa, o Governo irá construir casas, que serão atribuídas às pessoas mediante a modalidade de renda resolúvel – cujo valor será calculado consoante os rendimentos das famílias – sendo que esse valor será abatido como se fosse uma prestação, permitindo que estas, ao fim de alguns anos, sejam proprietárias da habitação. Também a área de Saúde é prioritária para os socialistas, uma vez que nos últimos anos as listas de espera na Região duplicaram, assim como o fosso entre quem tem e quem não tem capacidade

financeira para recorrer aos serviços de saúde privados.

Paulo Cafôfo defende, por isso, que “é fundamental garantir que todas e todos, sem exceção, possam ter acesso a consultas, exames, tratamentos e cirurgias quando deles necessitam, independentemente dos seus recursos financeiros. Com um Governo liderado pelo PS, vamos pôr fim às listas intermináveis de espera e valorizar os profissionais de saúde”. Para o efeito, o líder socialista avança que vai implementar o Plano Regional de Saúde até 2030, que prevê a articulação entre o Serviço Regional de Saúde e as entidades de saúde privadas, por forma a aumentar a capacidade de resposta na Região.

“Robusteceremos os cuidados de saúde primários, com uma melhor articulação com os cuidados hospitalares, apostaremos na hospitalização domiciliária, e reduziremos as listas de espera com programas de recuperação para cirurgias, consultas e exames, além da contratação de mais enfermeiros e médicos em algumas especialidades”, garante o responsável, sublinhando que “a Saúde não pode ser um privilégio para alguns. Tem de ser um direito garantido para todos e será com um governo do PS”.

Cafôfo salienta ainda a importância do investimento na Educação “através da aposta na qualificação das crianças e jovens, garantindo que têm acesso a um ensino

de qualidade e universal. Vamos, com esse propósito, implementar a gratuidade das creches e acabar com as propinas no ensino superior”.

Por forma a garantir o aumento da qualidade de vida dos madeirenses e porto-santenses, o presidente do PS-M garante baixar de imediato o IVA e o IRS para o mínimo, “porque sabemos que uma política fiscal de baixa de impostos é fundamental para o crescimento económico da Região, com impacto positivo direto na vida das pessoas”.

Defendendo “este é o momento da mudança na Região”, Paulo Cafôfo sublinha que “essa mudança está nas mãos de cada um de nós”. ■



XXII CONGRESSO REGIONAL

ESTABILIDADE E COMPROMISSO PELO FUTURO DA REGIÃO

“Este é o momento da mudança e marcar um encontro com a história”. O desafio foi lançado aos madeirenses pelo presidente do PS-Madeira, no encerramento do XXII Congresso Regional do partido, que teve lugar nos dias 22 e 23 de fevereiro, no Funchal, com a presença do Secretário-Geral socialista, Pedro Nuno Santos.

A CERCA de um mês das eleições legislativas regionais, Paulo Cafôfo desafiou os madeirenses a marcarem um “encontro com a história” e a concretizarem a alternância governativa na Região, salientando que o voto no PS será um voto pela esperança, pela justiça, pelo progresso e a garantia da estabilidade na Madeira.

PS esteve sempre à altura dos desafios

A reunião magna dos socialistas madeirenses afirmou um partido preparado para governar e empenhado em resolver

os problemas reais e concretos das pessoas, com propostas para transformar a Região nas áreas da habitação, saúde, economia, solidariedade, educação, cultura, ambiente, setor primário e Administração Pública.

“A estabilidade que prometemos é de mudança real, com inovação, com políticas que impactem verdadeiramente a vida dos madeirenses e porto-santense”, assumiu Paulo Cafôfo, salientando que o voto no PS no dia 23 de março será um voto pela esperança, pela justiça, pelo progresso e

a garantia da estabilidade na Madeira.

O presidente do PS/Madeira agradeceu ainda a vinda à Região do Secretário-Geral do PS salientando que Pedro Nuno Santos “fez questão de estar na Madeira e manifestar o seu apoio aos madeirenses”.

O líder socialista ressaltou, por seu lado, “a experiência e a competência” de Paulo Cafôfo como qualidades determinantes para pôr fim a “um Governo de favores para alguns”, afirmando que o presidente do PS/Madeira está pronto para “liderar um Governo para todos”. ■

EDITORIAL SÓ É VENCIDO QUEM DESISTE DE VOTAR!

PORFÍRIO SILVA



“O normal seria que as próximas eleições no conjunto nacional fossem as Autárquicas, que estamos preparados para vencer – e vencer bem. Por (ir)responsabilidade do Governo, iremos, antes, para novas eleições legislativas antecipadas.”

De abaixo da capa de uma moção de confiança, o Governo de Luís Montenegro apresentou no Parlamento uma verdadeira “moção de censura ao PS” – e queria o nosso voto para a aprovar. A moção de confiança, puro autoelogio sem reconhecer qualquer erro ou falha, insistia em reivindicar para si os louros de aspetos positivos que constituem, claramente, legado socialista: desemprego em mínimos históricos, emprego em máximos históricos, economia a crescer acima da média europeia, equilíbrio orçamental, redução da dívida pública, recuperação do rating da República. Politicamente desonesto, a lembrar aquela tentativa de fazer passar como seu um aumento de pensões que já vinha quase totalmente do Governo do PS, ou de fazer-se passar por autor de um aumento extraordinário contra o qual tinha votado em sede de Orçamento de Estado, o texto tinha outros ingredientes reveladores da postura política da AD. A moção incluía uma linguagem fortemente agressiva para o PS, acusando-nos de “uma férrea vontade de aprofundar um clima artificial de desgaste e de suspeição ininterrupta”, de “atitude destrutiva”, de uma série de dúvidas “sem razão, nem sentido”. É incompreensível que a direita concebesse a possibilidade de contribuímos com o nosso voto para aprovar uma “moção de censura ao PS” tão mal disfarçada de moção de confiança.

O PS foi a força política que mais decisivamente contribuiu para a estabilidade política nesta legislatura: ajudámos a eleger o Presidente da Assembleia da República, corrigindo o erro do PSD que (apesar do público “não é não”) se tinha colocado (às escondidas) nas mãos da extrema-direita para a escolha da segunda figura do Estado; deixámos passar o programa de governo, ao não apoiar a moção de rejeição que poderia ter derrubado à partida este governo minoritário; viabilizámos o Orçamento de Estado; e, agora, evitámos por duas vezes a aprovação de moções de censura que teriam, igualmente, o efeito de derrubar o Governo. Avisámos, agora e logo na noite eleitoral, contra um gesto provocatório, porque, apesar da genuína vontade de contribuir para a estabilidade, não viabilizaríamos uma moção de confiança. O Governo escolheu espoletar a crise, por uma única razão: queria, a todo o custo, evitar o inquérito parlamentar que deveria esclarecer a situação duvidosa em que, sabemos agora, o primeiro-ministro se encontrava desde a sua entrada em funções.

O normal seria que as próximas eleições no conjunto nacional fossem as Autárquicas, que estamos preparados para vencer – e vencer bem. Por (ir)responsabilidade do Governo, iremos, antes, para novas eleições legislativas antecipadas. Embora a democracia não seja só eleições – a democracia é, também, o Estado de direito, o respeito pelas normas que estruturam a nossa convivência – não está na índole dos socialistas virar a cara a eleições. O PS travará mais esta batalha eleitoral, assumindo a tarefa de fazer prevalecer a ética republicana e, ao mesmo tempo, contribuir para relançar um Portugal de futuro, onde avancemos, de forma sustentável, na tarefa inacabada de melhorar a vida dos nossos concidadãos. ■

AÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

DIAS ÚTEIS
ÀS 17HCONTEÚDOS
EXCLUSIVOS

acaosocialista.pt

SOMOS PS!

LUÍSA SALGUEIRO*



Mais do que nunca, por mais que alguns digam o contrário, as ideologias contam, os valores contam, a solidariedade conta, a justiça social conta”

O país parte para novas eleições legislativas, perante uma posição irresponsável do PSD, que optou por cerrar fileiras em torno do primeiro-ministro, em vez de considerar como prioridade o superior interesse nacional, o interesse da estabilidade política.

Vivemos em democracia. As eleições são a base fundamental do sistema democrático e são o instrumento que permite resolver, ou tentar resolver, as crises e os impasses políticos.

Não se vislumbra, perante a atual situação, outra solução que não um novo governo do PS. Porque do lado do PSD o que originou esta crise, na verdade mais pessoal do que política, persiste. Como se tornou hábito dizer nos últimos tempos, a perceção dos cidadãos sobre a viabilidade da liderança do atual primeiro-ministro é francamente negativa, como revelaram as duas últimas sondagens conhecidas. Isto é: o PSD vai apresentar-se a eleições com um líder fragilizado, ferido de forma irremediável na sua capacidade de receber a confiança dos portugueses.

Na sua fuga para a frente, a lembrar velhas histórias de corridas para o abismo, este PSD arrasta o país para a instabilidade, sabendo que só tem para oferecer aos portugueses mais do mesmo.

Não fosse o crescendo de descrédito que a atual situação cria ao PSD e à coligação que suporta o governo, e até seriam umas eleições antecipadas que dariam muito jeito para disfarçar os fracassos que um ano de governação acumula já de forma inquestionável.

Da saúde à habitação, a AD prometeu tudo para nada dar, diria mesmo que conseguiu retirar e fazer regredir o caminho que paulatinamente estava a dar resultados, fruto do trabalho dos governos PS.

O governo viveu este ano em cima da criteriosa gestão orçamental dos governos de António Costa. E viveu à custa da dinâmica económica que o PS conseguiu criar em Portugal, em contraciclo com a Europa. Teve, neste ano, acesso a recursos inauditos na nossa história recente, quer do PRR, quer dos fundos de coesão, tão bem negociados pelo governo PS. E teve um superavit que recebeu de governos do PS. Governos socialistas que souberam combater as desigualdades ao mesmo tempo que impulsionaram a criação de riqueza.

O governo teve ainda o contributo responsável do PS na aprovação do Orçamento do Estado, uma prova da importância que o PS dá à estabilidade como bem superior da democracia.

Que mais queriam este governo, esta coligação, este primeiro-ministro? Na verdade, tiveram tudo menos bom senso. Tivesse o primeiro-ministro utilizado os mesmos pesos e medidas que proclamava enquanto líder da oposição e

esta crise seria evitável. Seria evitável se a defesa da ética tão propagada quando estava na oposição tivesse sido agora aplicada a si mesmo.

Esta crise tem um autor, tem um responsável. Era evitável se o primeiro-ministro tivesse optado por uma afirmação inequívoca de transparência, explicando de uma só vez tudo o que terá, ainda, de ser explicado.

Esta queda do governo é unicamente uma demissão que não é demissão. É uma tentativa desesperada de fazer esquecer o insucesso da governação e de esperar que o caso, o grande caso que provoca a crise, se transforme num “casinho” olvidável pelos portugueses nos próximos dois meses.

Perante isto o PS parte para umas eleições – que não quis – com a força do nosso programa, da nossa ambição de fazermos uma sociedade mais justa, mais próspera e mais solidária. É nas nossas propostas que devemos estar focados, com orgulho do que fizemos e com a humildade de saber explicar aos portugueses o que queremos fazer.



Este é um momento decisivo para o país, para os portugueses. Este é um momento em que o PS tem de reencontrar a clareza de comunicação que recordamos em Mário Soares

Para nós o Serviço Nacional de Saúde não é um laboratório de experiências neoliberais. É um pilar fundamental do Estado Social e de um país decente. Para nós a Escola Pública é o motor do elevador social, criando verdadeira igualdade de oportunidades. Para nós os serviços públicos não são fatias a servir aos que se querem sentar à mesa do orçamento: são a espinha dorsal da nossa democracia conquistada com Abril.

Para nós o trabalho deve ser digno, os salários devem ser justos. As pensões de reforma devem preservar a dignidade, o conforto e o bem-estar dos que já tanto nos deram.

Para nós a igualdade de género, o combate à violência doméstica são lutas constantes. Para nós o combate à pobreza, a inclusão, a tolerância são valores estruturais.

Para nós o crescimento económico, as boas contas públicas, são compagináveis com a redistribuição de rendimentos, com o investimento em infraestruturas, com o reforço da competitividade do país. Para nós o conhecimento

e o investimento em ciência são vitais para um país com futuro.

Para nós os jovens merecem as oportunidades que lhes devemos, a possibilidade de optarem por fazer a sua vida, de constituírem a sua família onde quiserem, sem serem forçados a abalar para o estrangeiro em busca dessas oportunidades.

Para nós a segurança é fundamental, mas sem derivas de estado policial. A segurança que resulta da coesão social, da nossa capacidade de sermos inclusivos e tolerantes. Uma segurança real, que não se baseia no medo para nos afastar dos valores humanistas.

Para nós a coesão territorial, o desenvolvimento sustentável e harmonioso de todo o nosso território, o reforço da descentralização e a instituição da regionalização são vetores de um país mais apto a responder aos desafios do desenvolvimento e da resiliência.

Para nós a Europa faz-nos mais fortes, é um espaço de construção de um mundo melhor, de projeção dos valores humanistas, dos valores da paz e prosperidade que deram origem ao projeto europeu.

Sejamos, pois, diretos, claros e objetivos. Mais do que nunca, por mais que alguns digam o contrário, as ideologias contam, os valores contam, a solidariedade conta, a justiça social conta. E sim, um país não é um livro de contabilidade, as pessoas não são números, a dignidade humana, os Direitos Humanos, são o primado da república que defendemos.

Num mundo que parece desabar à nossa volta, Portugal precisa de um PS mais forte do que nunca. O PS precisa de partir para estas eleições com a firmeza das convicções, sabendo ouvir e falar com os portugueses, sabendo apresentar as propostas que os portugueses esperam, que o país necessita e que só nós somos capazes de implementar de forma equilibrada e justa.

Este é um momento decisivo para o país, para os portugueses. Este é um momento em que o PS tem de reencontrar a clareza de comunicação que recordamos em Mário Soares. A firmeza perante os populismos, perante os oportunismos. A certeza de que temos um património histórico, político e social que nos orgulha, que nos dá a humildade de querermos partilhar uma visão de progresso e de justiça social com todas e com todos que estão cansados de esperar por aquilo que ambicionam e que merecem.

Vamos ao combate! Vamos falar com as pessoas, vamos ser fortes, convictos, afirmativos e elevados! Vamos dar a Portugal um novo alento, um novo trajeto, um presente sem hesitações e um futuro que não podemos continuar a adiar. ■

* PRESIDENTE DA CM DE MATOSINHOS E DA ANMP



O TEMPO É AGORA. POR PORTUGAL E PELOS PORTUGUESES

PEDRO RIBEIRO*

“O PS não fez sempre tudo bem ao longo da sua história. Mas foi connosco que os maiores avanços se deram”

O País, a Europa e o Mundo vivem momentos de enorme incerteza. As pessoas, fruto de uma “tempestade perfeita”, deixaram de ter um conjunto de referências e uma sociedade cada vez mais individualista leva-nos a preocuparmo-nos cada vez mais com o nosso umbigo e cada vez menos com o vizinho do lado.

Nada disto é novo, mas o isolamento autoinfligido pelo on line, pelo isolamento virtual, apenas vieram exponenciar este sentimento. Se me torno individualista, então, não me preocupo com a sociedade. É por isso que a direita prega todos os dias o indivíduo e a meritocracia individual.

Temos em marcha desde há muitas décadas uma tentativa de mudar os valores da sociedade europeia, progressista, que pensa no bem comum. Esta realidade foi amplificada com as vitórias recentes de Trump, Milei, etc. O que se passa neste momento no Reino Unido é outro caso de estudo. O Sr Nigel Farage, arquiteto do Brexit que levou o RU a um pior nível de vida, ganha com esse descontentamento popular, que resulta precisamente do que ele quis.

Vivemos, como disse, momentos de incerteza, e isso leva as pessoas a procurar o certo, ou pelo menos o discurso da segurança. Ninguém questiona como se vai fazer, mas sim o que quero ouvir, mesmo que isso não seja verdade. Mesmo que os factos digam outra coisa. Num mundo de incerteza e de dúvidas, os populismos, quer de direita quer de esquerda, são “portos seguros”, não para resolver os problemas, mas “garantir” que aclamamos a mente. São na prática placebos para acalmar os nossos espíritos.

É neste contexto que vamos a eleições. Num contexto de enorme dificuldade para quem, como nós, quer falar verdade. E falar verdade implica não agradar a todos. Implica desassossegar os espíritos. Implica não prometer certezas que não podemos garantir. O populismo afeta o nosso pensamento como o álcool ou as drogas afetam o nosso corpo. Queremos a “substância” para termos bons momentos, mesmo que depois venha a ressaca. É, pois, cada vez mais difícil mudar mentalidades, mas, também por isso, é cada vez mais necessário, e sobretudo urgente, fazê-lo.

O PS não pediu esta crise. Aliás, muitos foram os que criticaram Pedro Nuno Santos pelo excesso de garantias ao governo, desde a aprovação do programa de governo, ao Orçamento de Estado, ao chumbo das moções de censura. Ser moderado, pensar no País e não no Partido é algo cada vez mais raro e por isso deve ser referido, deve ser recordado e deve ser elogiado. Dito isto a crise política está aí. Teremos daqui a cerca de 2 meses eleições. E uma oportunidade para mudar ou aprofundar uma forma de governar a pensar em alguns e não em todos. Bem sei que daqui a 7 meses teremos novas

eleições, que daqui a menos de um ano mais outras. Mas cada coisa a seu tempo. Agora é tempo de apresentarmos um programa para Portugal. De apresentarmos os melhores para aspirarmos a governar o País. O PS sabe, os autarcas sabem a diferença que tem sido este governo em relação à nossa governação. E foi apenas um ano, imaginem se forem 4.

A privatização da saúde está em marcha. A da segurança social a ser preparada. Tudo isto muito mais acelerado se a política de alianças acontecer para impedir o PS de, mesmo ganhando, governar sem maioria. Alienar a Caixa Geral de Depósitos, as Águas de Portugal, etc. são ambições antigas de quem quer ter posições de domínio na economia e pouca ou nenhuma concorrência. Para muita desta gente, os lucros devem ser sempre privados e os prejuízos públicos.

Portugal vive um momento único e perigoso. E é nestes tempos, sobretudo nestes tempos, que temos de arregaçar as mangas e ajudar o nosso Secretário Geral e os nossos candidatos a ganharem eleições de forma a conseguirmos formar governo. Como se diz na gíria futebolística “a melhor defesa é o ataque”, por isso, mais do que ter capacidade de impedir eleitoralmente alguns desmandos do PSD, CDS, IL e Chega, o melhor é governarmos e com isso garantirmos um melhor futuro para todos, independentemente da sua origem e classe social. O PS tem na sua matriz essa ambição. Nada nos move contra os ricos. O que queremos mesmo é acabar com os pobres. E para isso sabemos que necessitamos de uma sociedade que produz, mas redistribui riqueza. De uma sociedade que não assenta as oportunidades apenas na dita meritocracia, porque quem nasceu num bairro social por norma não parte do mesmo local para chegar à meta que quem nasceu na Quinta da Marinha. Somos ainda um País onde as origens determinam muito do nosso percurso. E, por isso, investir no que nos faz derrubar essas barreiras é investir numa sociedade melhor e mais justa. O PS, a esquerda democrática, pensa e age assim. Outros pelo contrário, como conservadores que são, preferem manter o *status quo* mesmo que isso implique que milhões sofram, que não tenham acesso ao mais básico.

Nas eleições de maio não está em jogo quem ganha, está em jogo o modelo de sociedade que queremos para as próximas décadas. Todos sabemos que, depois de se destruir, privatizar, desmantelar, muito dificilmente se voltam a erguer essas ofertas e serviços. É por isso que mudar de governo e de pensamento político é tão, mas tão importante.

Por tudo isto, e o cenário é difícil por tudo o que já expliquei, é fundamental que todos e cada um de nós possamos fazer uma campanha histórica. Uma campanha de



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES/PS

esclarecimento e de informação. Que possamos junto de amigos, familiares, vizinhos e conhecidos explicar o que está verdadeiramente em jogo. O PS não fez sempre tudo bem ao longo da sua história. Mas foi connosco que os maiores avanços se deram. Quantas vezes ouvimos dizer que não se pode fazer, que não se pode avançar, que o País não consegue isto e aquilo e depois de feito todos percebemos que ficámos melhor.

Camarada, o tempo é de união e de trabalho. O tempo é de, em conjunto com o nosso Secretário-Geral, explicarmos porque queremos governar e com que objetivo. Saibamos transmitir bem a mensagem e no final de maio podemos dizer que, mais uma vez, ajudámos Portugal a avançar no caminho certo. Cada um de nós “apenas” tem um voto, mas dentro de nós há uma capacidade enorme de ajudar a mudar Portugal. Com a nossa militância, com o nosso discurso, com o nosso empenho, com o nosso trabalho. O tempo é agora. Por Portugal e pelos Portugueses. ■

* PRESIDENTE DA CM DE ALMEIRIM E DA ANA-PS

DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS

JORGE VELOSO*



“Depois de muito tempo de “luta” para reverter esta situação a ANAFRE vê finalmente aprovado no Parlamento o diploma que desagrega as 135 uniões de freguesias que fizeram entrar na AR o seu pedido de desagregação”

Com a reforma administrativa de 2013, as 4260 freguesias existentes em Portugal foram reduzidas para 3092, menos 1168. Ao longo destes mais de 10 anos, freguesias houve que foram esquecidas por força desta reforma, e com elas a sua população. Ainda que para algumas freguesias esta agregação não tenha sido forçosamente má, esta reforma esqueceu, por outro lado, a população mais idosa ou com dificuldades de mobilidade que muito dependia de um ponto de referência e de ajuda perto das suas habitações. Essa ajuda de proximidade que lhes faltava chama-se junta de freguesia.

A 24 de junho de 2021 é aprovada a Lei 39/2021 que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias.

Assim, e depois de muito tempo de “luta” para reverter esta situação, a ANAFRE vê finalmente aprovado no Parlamento o diploma que desagrega as 135 uniões de freguesias que fizeram entrar na AR o seu pedido de desagregação. Os distritos de Aveiro e Porto são os que reúnem maior número de Uniões de Freguesia com pedidos de desagregação.

A 17 de janeiro, o decreto que desagrega as 135 uniões de freguesia foi aprovado no Parlamento, mas a 12 de fevereiro o Presidente da República decidiu devolver à Assembleia da República, sem promulgação, o diploma que procedia à reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Na mensagem enviada ao Parlamento, o Presidente da República refere três dúvidas sobre o diploma, solicitando que o reaprecie.

A primeira dúvida é relativa à reversão parcial da reforma de 2013, iniciada em 2011, e ao facto de ser contraditória com a linha dominante, inspirada pelas instituições europeias, de um envolvimento das autoridades locais num novo modelo multinível de governança; a segunda dúvida tem ver com a falta de compreensão ou transparência pública do processo legislativo, os seus avanços e recuos, as suas contradições, as hesitações e sucessivas posições partidárias, a inclusão e a exclusão de freguesias, e, sobretudo, o respeito rigoroso dos requisitos técnico-legais a preencher, para ser possível a desagregação; a terceira, e decisiva, é sobre a capacidade para aplicar as consequências do novo mapa já às eleições autárquicas de setembro ou outubro.

O Parlamento voltou a confirmar a aprovação do diploma no dia 10 de março. PSD, PS, BE, PCP, CDS-PP, Livre e PAN votaram a favor, tendo os votos contra do CHEGA e da Iniciativa Liberal.

Dos 124 processos, 70 foram aprovados por unanimidade

e 54 por maioria (PSD absteve-se em 9, votando a favor em 45).

Resta ainda apreciar os processos que entraram fora do prazo na Assembleia da República, com um Grupo de Trabalho já constituído, mas que agora cai, devido à não aprovação da Moção de Confiança apresentada pelo Governo.

O Partido Socialista teve neste processo um comportamento democrático de enaltecer, pugnando para que fosse possível aprovar o maior número de processos, sempre contando com uma forte oposição por parte do PSD e

Presidente da República, (a acontecer neste momento em que escrevo estas linhas) as freguesias desagregadas possam iniciar todo o processo de avaliação, distribuição dos bens móveis e patrimoniais de cada freguesia, não esquecendo que terá que existir por parte dos autarcas a determinação e conhecimento das situações em causa desde 2013, confiando a ANAFRE abertamente na capacidade e qualidade dos autarcas de freguesia, para que este processo de extinção e instalação das entidades em causa decorra sem sobressaltos.

Aproveito para solicitar a máxima atenção à atuação do



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES/PS

principalmente do CHEGA, o que mais tarde se veio a refletir na votação no plenário.

Uma palavra de reconhecimento para os deputados do Partido Socialista, Carlos Brás e Jorge Botelho, que, fazendo parte do Grupo de Trabalho que foi criado na 13.ª Comissão do Poder Local e Coesão Territorial, para apreciação dos processos, conseguiram, em conjunto com os deputados dos outros partidos, cumprir os prazos definidos e que culminou com a aprovação em Plenário da Assembleia da República.

Cumpriu-se assim a Lei 39/2021, negociada pela ANAFRE, ANMP e Governo, criando finalmente uma Lei Quadro que permitiu corrigir as assimetrias criadas pela famigerada Lei Relvas.

Agora, esperamos que com a promulgação da Lei pelo Sr.

“angélico” Rui Rocha da IL que afirmou hoje à saída de Belém “que não desistiremos de nos próximos dias de fundamentar a nossa oposição frontal a que se desagreguem estas freguesias neste momento quer pela via jurídica quer pela via de combate jurídico”. Temos de ter um olhar atento a esta direita liberal bafienta que de democrática tem muito pouco.

No ano em que se comemoram os 51 anos do 25 de Abril este é sem dúvida um momento marcante para a vida da ANAFRE e para as Freguesias.

Foi feita JUSTIÇA!!

Viva o Poder Local Democrático.

Vivam as Freguesias. ■

* PRESIDENTE DA U.F. DE S. MARTINHO DO BISPO E RIBEIRA DE FRADES E DA ANAFRE

ENTREVISTA A SOFIA PEREIRA,
SECRETÁRIA-GERAL DA JS

“A JUVENTUDE SOCIALISTA TEM DE LIDERAR A EXIGÊNCIA DE UM NOVO CONTRATO SOCIAL”

■ ENTREVISTA CONDUZIDA PELO DIRETOR DO AS ■



Esta é a primeira vez que falas ao Ação Socialista depois da eleição para Secretária-Geral da JS. Isso impõe esta questão: quais são as prioridades políticas para o teu mandato?

A Juventude Socialista tem de ser a voz intransigente da nossa geração. Se há algo que espero defina este mandato, é o combate ao imobilismo e à precariedade que nos empurram para a desistência. A habitação está insustentável. Há um sistema de exclusão que coloca os jovens fora das cidades, fora das suas vidas. Vamos exigir políticas ambiciosas de mais habitação pública e medidas que combatam, de facto, a especulação.

O trabalho? Estamos fartas e fartos de sermos o país dos salários baixos e dos sonhos apertados. A Juventude Socialista tem de liderar a exigência de um novo contrato social, com valorização salarial, fim da precariedade e aposta séria na reindustrialização – precisamos de uma nova geração de políticas trabalhistas.

Mas há algo ainda mais profundo. Convenceram-nos de que estamos sozinhos. Que, se não conseguirmos pagar a renda, encontrar um emprego digno ou ter uma vida estável, o problema é nosso. Que não tentámos o suficiente. Que o sistema está certo e nós é que falhámos. Isto não é só injusto – é uma grande mentira. E das perigosas. Porque a verdade é esta: ninguém vence sozinho. Nenhuma grande conquista aconteceu porque alguém, isolado, foi “brilhante”

o suficiente. Todos os direitos que temos foram arrancados pelo esforço coletivo. Nada nos foi dado – tudo foi conquistado. Por isso, é a hora de recuperar o que nos tentaram roubar: o sentido de comunidade, solidariedade, pertença. O que muda um país não é cada um a correr para o seu lado. Nunca foi.

Num tempo de meios digitais usados como ferramentas de radicalização, como é que a JS vê a necessidade de renovação dos métodos de ação política, seus e da esquerda democrática em geral?

A esquerda não pode continuar a jogar no campo da política do século XX quando a extrema-direita já está a construir a do século XXI. Hoje, a radicalização não acontece em discursos inflamados na televisão – acontece num scroll distraído no TikTok ou no X, em memes que parecem inofensivos, em vídeos rápidos que reescrevem a realidade à conveniência de quem manda.

A política tem de ser mais empolgante do que o algoritmo. E empolgante não significa vazia – significa falar com coragem, sem filtros, sobre aquilo que realmente muda vidas.

A renda está impossível. O trabalho continua precário. A nossa geração está presa num jogo viciado onde só se pode perder. Vamos continuar a fingir que a política pode ser só uma questão de “explicar melhor” ou vamos criar um movimento que rasga o cinismo, que

faz com que as pessoas voltem a acreditar?

A verdade é que os jovens não perderam o interesse pela política – perderam a paciência para uma política que não responde às suas vidas.

Podemos continuar a acumular diagnósticos, a repetir que “é preciso fazer mais” ou podemos finalmente fazer diferente. Falar com substância, agir com coerência e reconstruir um projeto coletivo

“*Estamos fartas e fartos de sermos o país dos salários baixos e dos sonhos apertados*”

que nos mobilize.

E se a política já não se faz apenas nas praças e nas ruas, então temos de ocupar o espaço das redes sociais com a mesma responsabilidade e irreverência. Porque se deixamos esse espaço vazio, alguém o ocupa – e nós sabemos bem quem.

O PS nunca teve uma mulher como secretária-geral, mas tu já és a quarta mulher a liderar a JS. Lemos que tens uma leitura atual da igualdade entre homens e mulheres que se

liga à própria condição social e cultural da chamada geração Z. Como é que isso se relaciona com as prioridades de intervenção política que a tua liderança quer traduzir?

Ser mulher na política, muitas vezes, é jogar um jogo viciado. Esperam que sejamos brilhantes, mas nunca demasiado confiantes. Que sejamos firmes, mas sem parecermos agressivas. Que sejamos competentes, mas sem incomodar demasiado.

As mulheres estão sempre à prova. À espera da validação que os homens não precisam de pedir. E quando falhamos, falhamos sozinhas – porque o erro de uma mulher nem sempre é visto como individual, mas como um reflexo de todas as outras que venham a seguir.

Por isso, quando falamos de igualdade, não estamos a falar de algo abstrato. Estamos a falar das barreiras reais que continuam a existir para as mulheres que ousam ocupar espaço. E isso não se resolve apenas com leis ou princípios escritos – resolve-se garantindo que a sociedade e a política deixam de estar formatadas para excluir.

Mas hoje, essa exclusão já não acontece apenas nos corredores do poder ou no mercado de trabalho. Ela acontece antes, nas redes sociais, nos discursos tóxicos que se multiplicam, na separação artificial entre rapazes e raparigas que tem sido promovida por uma extrema-direita cada vez mais

sofisticada.

Os dados mostram-nos: os jovens estão cada vez mais alinhadas com valores progressistas, enquanto muitos jovens rapazes estão a ser arrastados para discursos ultraconservadores, alimentados por uma masculinidade tóxica e por algoritmos que lucram com o ódio. Vemos isto lá fora e já o sentimos cá dentro – basta olhar para o crescimento do Chega entre os jovens rapazes e para a ascensão de conteúdos radicais no TikTok ou no X.

Este é um fenómeno perigoso. Não porque rapazes e raparigas tenham interesses opostos – mas porque há quem esteja ativamente a tentar separá-los. A extrema-direita percebeu que o ressentimento e a frustração são combustível político. E enquanto os jovens discutem entre si, as plataformas lucram e os verdadeiros responsáveis pelo nosso bloqueio geracional continuam intocáveis.

A JS tem de estar na linha da frente para que esta mudança aconteça. Queremos salários iguais para trabalho igual e um combate sério à violência de género. Defendemos uma licença parental partilhada de 5+5 semanas, garantindo que a responsabilidade do cuidado seja equitativa. Exigimos a criminalização da posse, produção e partilha de conteúdos sexualmente explícitos gerados por IA, porque a violência digital é real.

Podemos e devemos exigir transparência às grandes tecnológicas.

FILME DA CRISE

COMO MONTENEGRO DERRUBOU O SEU GOVERNO

15 DE FEVEREIRO

A imprensa noticia a existência de uma empresa da família de Luís Montenegro que trata da compra e venda de imóveis: a Spinumviva. Sendo o primeiro-ministro casado em comunhão de adquiridos com uma sócia, a empresa continuaria na prática a ser sua e é lançada a suspeita sobre o conflito de interesses resultante da alteração em curso da lei dos solos (causa de demissão recente de um governante). O caso nasce por investigação da comunicação social, sem interferência de qualquer partido da oposição.

21 DE FEVEREIRO

Debate da moção de censura do censurável CH. Luís Montenegro defende-se das suspeitas que ligavam a empresa à questão da lei dos solos, excedendo-se em informações inúteis que favoreciam essa falsa pista e tentando evitar futuros esclarecimentos: “A partir de hoje, só respondo a quem for tão transparente como eu.” O PS ajuda a chumbar a moção de censura.

27 DE FEVEREIRO

Um semanário noticia que o primeiro-ministro recebe uma avença mensal de 4.500 euros de uma empresa que tem interesses que dependem de decisão governamental. Luís Montenegro, que tinha já revelado que pediria escusa quando interesses dessa empresa estivessem em jogo, confessa apreensão e anuncia um Conselho de Ministros extraordinário para o dia

seguinte. A Spinumviva revela uma lista (parcial?) dos seus clientes.

1 DE MARÇO

Luís Montenegro faz uma declaração ao país, sem direito a perguntas dos jornalistas, onde recusa qualquer conflito de interesses; anuncia decisões de uma empresa que pretendia não ser sua: passará a ser detida apenas pelos filhos e deixará de ter sede na sua residência. Anuncia que não dará mais esclarecimentos. Apresenta a hipótese de vir a apresentar uma moção de confiança. O PCP anuncia uma moção de censura e o PS, pela voz de Pedro Nuno Santos, informa o país de que não contribuirá para a sua viabilização e, volta a avisar com antecipação, votar a favor de uma moção de confiança. Posteriormente, o Ministro Miranda Sarmento declarará que duas moções de censura rejeitadas dispensam a moção de confiança...

3 DE MARÇO

Tendo Luís Montenegro afirmado indisponibilidade para mais esclarecimentos, o PS não se conforma a essa recusa: anuncia uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Sendo potestativa, o PS pode configurar a CPI em termos civilizados (por exemplo, fez logo saber que não chamaria os familiares do primeiro-ministro).

5 DE MARÇO

A moção de censura do PCP é debatida e, com a abstenção do PS, reprovada no Parlamento. O

primeiro-ministro aproveita para voltar ao tema da moção de confiança, defendendo que eleições antecipadas são “um mal necessário”. O PS reafirma-se como principal garante da estabilidade nesta legislatura: evitámos a rejeição do programa de governo, viabilizámos o Orçamento, fizemos reprovado duas moções de censura. E lembra que há, hoje, mais razões para repetir o que dissemos desde a noite eleitoral: o PS não aprovará moções de confiança.

6 DE MARÇO

O Governo aprova a moção de confiança, que inclui uma linguagem fortemente agressiva para o PS, acusando-nos de “uma férrea vontade de aprofundar um clima artificial de desgaste e de suspeição ininterrupta”, de “atitude destrutiva”, de uma série de dúvidas “sem razão, nem sentido” – tornando difícil entender como se pode pedir ao PS que aprove uma verdadeira “moção de censura ao PS”.

7 DE MARÇO

O Ministro Castro Almeida diz que o Governo pode retirar a moção de confiança se o PS desistir da CPI: destapa a intenção de conseguir do PS que desistisse de esclarecer a situação. O Ministro Leitão Amaro trata de voltar a dissimular a estratégia do Governo, desdizendo o seu colega.

10 DE MARÇO

Na véspera do debate da moção de confiança, Luís Montenegro

recusa retirá-la e declara que se recandidatará mesmo que seja constituído arguido, excecionando-se dos seus critérios anteriores. Algumas respostas de Luís Montenegro chegam ao Parlamento e confirmam: em todo o processo, nunca foi sua a iniciativa de dar esclarecimentos; respondeu apenas quando pressionado, sempre de forma parcial e incompleta. O PS avança com o requerimento para a constituição da CPI. A Comissão Política Nacional do PS expressa a união do Partido em torno do rumo traçado: não desejamos uma crise política, fomos os principais contribuintes para a estabilidade nesta legislatura, mas não é da natureza do PS temer eleições.

11 DE MARÇO

No debate da moção de confiança, tendo anteriormente rejeitado o apelo reiterado do PS para a retirar, o PSD sugere conversas à porta fechada com o PS para resolver a crise (como se se esclarecesse o país à porta fechada). Depois, o Governo, que não tem legalmente qualquer poder para influenciar uma CPI, tenta negociar em direto um arremedo de mini-CPI e impor condições regimentalmente impossíveis (começou por propor uma CPI de 15 dias!) e, assim, procura que seja o inquirido a condicionar a inquirição. Evidenciam que a moção de confiança foi um estratagem para tentar condicionar o inquérito parlamentar. O Governo nunca responde à pergunta: “se querem mesmo evitar a crise, porque não tiram

a moção de confiança, algo que está inteiramente ao alcance do Governo?”.

Luís Montenegro, que tem descuidado as suas responsabilidades internacionais num momento de grande incerteza, lança Portugal numa crise extemporânea ao priorizar a sua circunstância pessoal. Parece querer evitar que se saiba qual a extensão e gravidade de uma situação em que, aparentemente, um primeiro-ministro em funções recebe, numa empresa do seu âmbito familiar, meses atrás de meses, pagamentos de empresas privadas com interesses que se cruzam com as suas responsabilidades governativas. O primeiro-ministro não entende que essa sombra tem de ser dissipada para poder continuar no cargo.

Na noite do derrube do Governo, o Financial Times dá a notícia com este título: “Portugal enfrenta novas eleições após a queda do governo devido a um escândalo de ética”. A isto chegámos. O padrão anteriormente estabelecido era o de um primeiro-ministro que se demitia pela simples razão de ser citado num comunicado da PGR como sendo suspeito de algo que nunca chegou a ser consubstanciado. Seguem-se, certamente, novas eleições legislativas antecipadas. Onde o PS tem a tarefa de fazer prevalecer a ética republicana e, ao mesmo tempo, contribuir para relançar um Portugal de futuro, mais focado em procurar, de forma sustentável, melhorar a vida dos nossos concidadãos. ■



JORGE FERREIRA/GPPS



AR CHUMBOU CONFIANÇA NO GOVERNO DA AD

CRISE POLÍTICA IMPOSTA AO PAÍS É DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO PRIMEIRO-MINISTRO

O Secretário-Geral do Partido Socialista sustentou que a crise política imposta ao país, conduzindo à queda do Governo, é “da exclusiva responsabilidade do primeiro-ministro”, lamentando que Luís Montenegro tenha preferido provocar a demissão do seu executivo a prestar os esclarecimentos devidos aos portugueses, no cumprimento do escrutínio democrático.

“**ESTA CRISE** é da exclusiva responsabilidade do primeiro-ministro”, afirmou Pedro Nuno Santos, no debate da moção de confiança apresentada pelo Governo e que foi rejeitada pela Assembleia da República, apontando que Luís Montenegro “só se pode queixar de si próprio”.

“O Partido Socialista”, como lembrou Pedro Nuno Santos, “deu, desde o dia 10 de março de 2024, todas as condições” de governabilidade ao executivo da AD, tendo chumbado moções de rejeição, viabilizado a eleição do presidente da Assembleia da República e um Orçamento do Estado. “Mas também dissemos que nós nunca aceitaríamos votar favoravelmente ou viabilizar uma moção de confiança”, vincou.

Para o líder socialista, bastaria ler o texto da moção de confiança para se perceber que “não é intenção do primeiro-ministro ter o voto de qualquer partido de oposição na moção de confiança”, mas que o único objetivo era “ir para eleições antes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito” ao caso da sua empresa familiar. Em vez de prestar os

esclarecimentos a que estaria obrigado, acusou Pedro Nuno Santos, o primeiro-ministro preferiu “arrastar o PSD, o Governo e o país para uma crise política”. Se o PS votaria contra uma moção de confiança em janeiro, acrescentou, “hoje, infelizmente, muito mais razões teria para a chumbar”.

Governo tentou usar da chantagem para condicionar Comissão de Inquérito

O Secretário-Geral do PS considerou ainda como “inaceitável” a atuação do Governo no Parlamento, durante o debate da moção de confiança, com “manobras e truques” para tentar “condicionar as regras de uma Comissão Parlamentar de Inquérito”.

“Aquilo que aconteceu no Parlamento foi uma vergonha”, atacou Pedro Nuno Santos, esclarecendo que “o Governo, na realidade, quis usar a moção de confiança para condicionar o inquérito e o apuramento da verdade”, algo que se pode traduzir por “chantagem”.

Primeiro, o Governo tentou negociar a hipótese de uma comissão

privada de inquérito, ou seja, “um arranjinho entre o PS e o PSD para acertarem os termos da Comissão Parlamentar de Inquérito”, depois propôs que “o PS pudesse ver os documentos à porta fechada”, seguiu-se um prazo de apenas 15 dias para a comissão. Para Pedro Nuno Santos, isto “não é digno da nossa democracia, nem da forma como os partidos devem relacionar-se entre si e com o Parlamento”.

Depois de a moção de confiança ter sido chumbada, o executivo da AD quis “criar a ideia de intransigência do PS”, algo que o Secretário-Geral do Partido Socialista considera “inaceitável”.

“Se o Governo não tinha nenhum problema com a Comissão Parlamentar de Inquérito nem com o apuramento da verdade, bastava retirar a moção de confiança”, observou.

O que ficou patente aos portugueses, asseverou Pedro Nuno Santos, é que se “quebrou a confiança no primeiro-ministro” e num Governo da AD que “não tem condições, nem dimensão, nem estatuto para governar o nosso país”. ■

PORTUGAL PRECISA DE INICIAR UMA NOVA FASE POLÍTICA COM ESTABILIDADE E CONFIANÇA

O PAÍS precisa de ver a sua situação política clarificada após a queda do Governo da AD, defendendo o Secretário-Geral do PS que é “fundamental” a restituição da confiança dos portugueses nas instituições, no Governo e na figura do primeiro-ministro.

“Só assim o país poderá seguir em frente, resolver os seus problemas antigos e os novos, nomeadamente aqueles que não foram resolvidos no último ano”, frisou Pedro Nuno Santos.

Falando no final da audiência com o Presidente da República, no dia seguinte à rejeição do executivo no Parlamento, o líder socialista insistiu na urgência de encetar uma nova fase no país, deixando para trás o período de instabilidade que se tem vivido na política nacional, “para podermos avançar com as respostas aos problemas que atingem a vida dos portugueses e para cuidarmos do nosso Estado social”.

Neste ponto, apontou a necessidade de “dar esperança aos portugueses” para que “sintam que é possível viver melhor em Portugal” e que há “pelo menos um caminho de resolução” para os problemas, transformando e modernizando a economia. “Portugal precisa de um propósito, uma missão, um desígnio”, algo que ficou por definir na governação da direita, sublinhou.

“Sendo marcadas as eleições, o Partido Socialista vai mobilizar o povo português para uma vitória. O PS, eu próprio, estamos preparados para esta nova fase da vida política portuguesa”, reforçou Pedro Nuno Santos. ■

PS ESTÁ UNIDO E FOCADO NO INTERESSE DOS PORTUGUESES

Reunida na véspera da apresentação da moção de confiança ao Governo no Parlamento, a Comissão Política Nacional afirmou um PS “unido” e focado “no interesse do país e dos portugueses”.

“O PS está totalmente unido para não dar sequência a uma moção que Luís Montenegro decidiu apresentar e que não é do interesse do país”, servindo apenas o interesse próprio, salientou, na ocasião, o dirigente nacional Carlos Zorrinho, lamentando que o primeiro-ministro tenha preferido “a turbulência à transparência” na explicação do caso que motivou a crise política.

“O Partido Socialista está focado no interesse dos portugueses”, salientou o porta-voz da reunião do órgão político do PS. ■

ANA ROCHA/NENE/PS





TRABALHAR PARA VIVER OU VIVER PARA TRABALHAR?

EXISTEM atividades que pela sua natureza, penosidade ou perigosidade, justificam um tratamento diferenciado daquele que está estabelecido para a maioria dos trabalhadores.

O atual governo lançou um grupo de trabalho já criado antes, que prepara um “estudo das profissões de desgaste rápido”. Em reunião com os parceiros sociais foi apresentado um documento síntese que questiona a manutenção dos regimes especiais já existentes (marítimos e pescadores, mineiros, desportistas, controladores de tráfego aéreo, entre outros), e se defende a ideia de que, apesar de exercerem profissões de desgaste rápido, os trabalhadores não deveriam ter bonificação no acesso à idade de reforma, mas antes ser reconvertidos para outras atividades continuando a trabalhar até à idade normal de aposentação. Nada se diz sobre o impacto que a dita atividade de desgaste rápido possa ter tido na saúde física e psíquica do trabalhador.

Entretanto, o Bloco de Esquerda está a promover uma petição à AR que visa a alteração do regime aplicável ao trabalho por turnos e noturno, incluindo entre outras, a redução da idade de acesso à reforma.

Operador de VTS – a segurança em solitário

O Sindicato Oficialismar está a trabalhar com um coletivo “invisível” que integra a equipa de controlo e segurança das operações portuárias.

O operador de VTS (Vessel Traffic Service) contribui para assegurar operações marítimas seguras e eficientes, prestando um serviço de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar, prevenção da poluição nos portos e nas suas áreas de aproximação.

Incumbe-lhes a vigilância e a monitorização do tráfego marítimo, podendo despoletar o fornecimento de serviços náuticos, adequados e atempados, em situações de emergências marítimas. Asseguram um serviço por turnos, 24/24 horas por dia, 365 dias por ano, havendo normalmente um único operador de VTS por turno. Isso implica, por exemplo, que as refeições são tomadas na própria bancada de trabalho. Ou que, se um dos colegas adoecer, ou tira férias, os restantes devem assegurar os seus turnos, nalguns casos sem qualquer compensação adicional em folgas ou monetária.

A dura realidade que vivem os operadores de VTS, é comum a muitos dos que fazem trabalho por turnos e noturno, com a particularidade de o fazerem sós no seu posto de trabalho: impactos negativos sobre a saúde – maior incidência de cancro, doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, transtorno dos hábitos alimentares, alteração do sono, fadiga, stresse, etc. - e sobre a vida familiar e social.

Segundo a OIT, por cada 15 anos de trabalho noturno, os trabalhadores perdem 5 anos de vida! Dos operadores de VTS no ativo, vários têm mais de 20 anos de serviço, em regime continuado de turnos, incluindo trabalho noturno.

Torna-se, assim, imperativo atuar no sentido de dar a estes trabalhadores uma perspetiva de poder desfrutar, com um mínimo de qualidade de vida, os seus anos de reforma. Ao Partido Socialista sugerimos a apresentação de uma proposta que garanta um regime de redução gradual da idade de acesso à reforma, consoante o número de anos trabalhado nessas funções, sem perda de direitos, como existe noutros países.

■ CSS DA CGTP-IN / EDUARDO CHAGAS



SEGURANÇA SOCIAL. IMPÕE-SE UM DEBATE SÉRIO

A SUSTENTABILIDADE da Segurança Social (SS) deve ser um objetivo sempre presente no quadro das políticas públicas, sendo indissociável da garantia do “contrato social” existente entre Estado e Cidadãos.

Por isso, o nosso sistema de SS é objeto de avaliação regular e atenta por várias vias, como o relatório sobre sustentabilidade da SS constante do Orçamento do Estado e, mais recentemente e de forma mais pontual, por um novo Livro Verde. As alterações pontuais e até estruturais promovidas pelos governos socialistas, quando tal foi considerado necessário, foram sempre sustentadas em instrumentos como os apontados. Porém, o debate agora trazido pelo governo de direita está envolvido num incompreensível (face à robustez atual do regime previdencial) alarmismo.

Um debate infundado, condicionado por visões ideológicas e pressupostos enviesados, e que pode desvirtuar princípios e pilares do nosso modelo de segurança social de solidariedade, público e universal, com provas dadas ao longo das últimas décadas.

Acenar com insustentabilidade financeira, misturando regimes de pensões de natureza e financiamento completamente distintos, como os do regime previdencial e da Caixa Geral de Aposentações, é um erro profundo e um engodo grosseiro e gerador de receios, com custos e riscos incalculáveis para o sistema público de pensões.

Mais, afastar os representantes de empregadores e trabalhadores da discussão sobre o regime previdencial (taxas contributivas, antecipação de reforma, diversificação de fontes de financiamento), como tem sucedido, é desrespeitar a sua legitimidade enquanto contribuintes e principais interessados do sistema

e a própria concertação social e todo o contributo que os parceiros sociais têm dado nesta matéria ao longo dos anos e perder um ativo essencial – o do equilíbrio e confiança nas reformas.

Recorda-se aqui a reforma socialista de 2006/7, resultante de um acordo em sede de concertação social, num processo profundamente participado pelos parceiros sociais.

Tal acordo permitiu o reforço da sustentabilidade, a adequação do sistema de pensões e uma diversificação de fontes de financiamento, sem ceder a tentações (tão gratas aos governos PSD) de mexer nas taxas contributivas.

É um debate similar que hoje se impõe e que a TSS/UGT, e certamente o movimento sindical plural e democrático, irá exigir. Um debate que busque verdadeiras soluções para reforçar a sustentabilidade de longo prazo, promova respostas a desafios como a demografia e as novas formas de trabalho, assegurando simultaneamente a melhoria da proteção social. Olhar para o sistema terá de ser olhar também para a melhoria de prestações como as pensões ou subsídios desajustados das necessidades de proteção atuais, como os de doença ou desemprego.

Um debate em que a discussão sobre diversificação de fontes não seja apenas um pretexto para reduzir as contribuições suportadas pelas empresas ou dar dinheiro a interesses privados.

O objetivo não deve ser reformar por reformar, mas antes garantir um sistema sustentável, inclusivo e adequado às necessidades de toda a população, agora e no futuro.

Um sistema em que defendemos intransigentemente a segurança social pública enquanto único garante de que ninguém fica de fora.

■ TSS DA UGT / ANA PAULA BERNARDO



PS/AÇORES CRITICA GESTÃO DA SAÚDE PELO GOVERNO REGIONAL

PS/Açores critica gestão da Saúde pelo Governo Regional e exige explicações sobre o Hospital Modular e falhas na vacinação.

O PS/AÇORES tem alertado para a crise na Saúde e a falta de estratégia do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) após o incêndio do HDES, a 4 de maio de 2024. Embora procure agir de forma construtiva, o PS critica a opção pelo Hospital Modular de 30 milhões de euros, considerando que compromete a capacidade do Serviço Regional de Saúde (SRS) e sobrecarrega as finanças da Região.

Francisco César, presidente do PS/Açores, argumenta que especialistas afirmaram ser possível reabrir o HDES em poucos meses, mas a decisão pelo Hospital Modular foi tomada antes mesmo de se avaliarem as consequências do incêndio.

Para o PS os açorianos merecem explicações sobre a esta escolha. Documentos analisados pelo PS indicam que, até 18 de junho, o atendimento de urgência poderia ser retomado em 60 dias, com pequenas intervenções.

Diante disso, o PS/Açores avançou com uma Comissão de Inquérito ao incêndio no HDES para averiguar as medidas adotadas pelo Governo Regional.

No entanto, PSD, Chega e PPM rejeitaram a criação de uma segunda comissão, proposta pelo PS, para aprofundar a análise da recuperação do Hospital. Mesmo assim, o PS insistiu para que a comissão já instituída (proposta pelo PSD) ampliasse a sua

área de investigação, incluindo o impacto financeiro das decisões tomadas e os compromissos de financiamento, inclusive a possível comparticipação do Governo da República.

No entanto esse não foi o entendimento do PSD, CDS e CHEGA e logo na primeira reunião da Comissão de Inquérito criada pelo PSD, só foram aprovadas 13 das 78 propostas de perguntas às quais o relatório final da comissão deve responder, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, numa clara tentativa por parte do PSD, CDS-PP e Chega de limitação do alcance da investigação. Vacinação contra a gripe sazonal Francisco César defendeu que face à situação precária do SRS, o Governo do PSD/CDS-PP/PPM deveria ter apostado na vacinação em massa contra a gripe sazonal, de forma a evitar uma sobrecarga dos serviços de saúde em São Miguel.

“Temos, aqui em São Miguel, um hospital parcialmente paralisado, por falta de investimento e um hospital modular que teima em não funcionar”, alertou o socialista, para salientar que “em vez de se seguir o princípio da precaução e de gestão prospectiva da gripe sazonal”, este Governo nada fez, contribuindo para que a Região tenha a mais baixa taxa de vacinação do país contra a gripe sazonal no grupo etário +65 anos.

“Neste grupo etário, a taxa de vacinação contra a gripe sazonal é de apenas 36%. Este número envergonha-nos, quando comparado com a Madeira, com 78,6%, ou com a região Norte, 85,2%”, afirmou Francisco César, para defender que mais grave que esta comparação “é verificar que este número tão baixo significa uma total ausência de rumo e estratégia do Governo Regional na gestão do Serviço Regional de Saúde”.

A este propósito, o líder socialista alertou que ao “contrário do que acontece no Continente, onde as vacinas contra a gripe sazonal podem ser aplicadas na população de risco de uma forma gratuita e imediata nas farmácias, na Região, erradamente, optou-se por recorrer, exclusivamente, neste âmbito, às unidades de saúde”.

“Os números falam por si e revelam que não foi feita uma aposta na sensibilização para a vacinação dos Açorianos. No final de todo este processo, devemos questionar o Governo sobre o número de vacinas, compradas e que por não terem sido administradas, vão acabar no lixo”, alertou o socialista.

Este é mais um alerta do PS/Açores sobre as falhas na gestão do Sistema de Saúde Regional, apelando a um esforço imediato para garantir melhores condições de saúde e segurança para os Açorianos, em especial os mais vulneráveis. ■

PS/AÇORES LANÇA ACADEMIA NOVO FUTURO PARA QUALIFICAR JUVENTUDE AÇORIANA E PREPARAR O FUTURO DA REGIÃO

O PS/AÇORES realiza, de 14 a 16 de março, a primeira edição da Academia Novo Futuro, destinada a “formar jovens para um novo futuro” na região.

A iniciativa, decorrendo na ilha de São Miguel, resulta de uma parceria entre o Partido Socialista, a JS/Açores, os grupos parlamentares do PS na Região e na República e o eurodeputado André Franqueira Rodrigues.

Durante uma conferência de imprensa para apresentação do evento, o Presidente do PS/Açores, Francisco César, apontou a obrigação do PS nos Açores “de se abrir à sociedade e de qualificar todos aqueles que aqui estão, sobretudo o público mais jovem”.

“Este foi um compromisso que assumimos aquando da elaboração da moção de orientação global da minha candidatura e no último Congresso Regional do PS. E o compromisso era o de se fazer uma academia que chamasse aqueles que são os nossos melhores para junto de nós e que, de todas as nossas nove ilhas, nós pudéssemos abrir inscrições para que jovens, socialistas ou não socialistas, pudessem estar três dias a aprender, a conviver e a trabalhar no sentido de melhorarem os seus conhecimentos em várias áreas”, referiu.

Sob a coordenação de Pedro Delgado Alves, deputado do PS na Assembleia da República, a Academia Novo Futuro irá focar políticas públicas e áreas temáticas relevantes para os mais jovens, estando, uma parte significativa do programa, destinada a eixos como o Emprego Jovem; Habitação e Transição Energética e Ambiente.

“Neste quadro mobilizamos pessoas que têm trabalhado na área e de várias perspetivas, nomeadamente da construção de políticas locais e regionais”, nomeadamente “Carlos Pereira, antigo presidente do PS Madeira e deputado da Assembleia da República; Marina Gonçalves, vice-presidente do PS e antiga ministra da Habitação, e, ainda, Andreia Carreiro, antiga diretora regional da Energia”, a que se junta Pedro Vaz (Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente) e de Thomas Bajada, (deputado ao Parlamento Europeu e relator para as práticas da sustentabilidade hídrica).

Durante o evento marcarão ainda presença António Vitorino, (antigo Comissário Europeu); Vasco Cordeiro (Presidente cessante do Comité das Regiões e ex-Presidente do Governo Regional); Alexandra Leitão (antiga Ministra e atual Líder Parlamentar do PS); Pedro Siza Vieira (antigo Ministro da Economia e da Transição Digital); Isabel Almeida Rodrigues (antiga Secretária de Estado e deputada à Assembleia da República). ■



REVISÃO DO RJIES: UMA OPORTUNIDADE PARA O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

ROSÁRIO GAMBÔA*



“O RJIES deve ser uma oportunidade para qualificar o sistema e as suas instituições, um estímulo ao seu desenvolvimento, não um limbo desregulado onde o crivo final reside na decisão política e não na manifesta competência das IES, como consta na proposta do Governo.”

O ensino superior não é um assunto distante da vida quotidiana, nem uma esfera transcendente da exclusividade de especialista. As instituições de Ensino Superior (IES), na sua missão formativa, na produção e transladação do conhecimento para a sociedade, são pilares nucleares ao desenvolvimento social, económico e cultural do país. Este é, pois, um assunto que todos deve envolver.

Está em apreciação na Assembleia da República a revisão do Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior (RJIES). Este é um momento decisivo para repensar o sistema de ensino superior (SES) à luz das transformações a nível internacional e nacional ocorridas desde a implantação do modelo vigente (Lei n.º 62/2007), dando resposta a velhos e novos desafios, qualificando e robustecendo o sistema.

O RJIES é um diploma vasto e complexo no seu articulado normativo. Mas há três dimensões que merecem particular destaque pela sua natureza estruturante e transversal: a arquitetura e organicidade do sistema, a autonomia das IES, o seu modelo de governação.

O atual modelo define numa estrutura arquitetónica balizada em dois subsistemas: universitário e politécnico, com missões distintas nos três pilares clássicos das IES: formação, investigação e translação do conhecimento, atribuindo

ao ensino politécnico um perfil técnico e profissionalizante. Ao longo dos últimos anos, as distinções predefinidas esbateram-se em função dos diferentes mandatos que as instituições foram assumindo, com marcas manifestamente visíveis, como, entre outras, a realização de cursos profissionalizantes em universidades, ou a possibilidade de concessão do grau de doutor no ensino politécnico (Lei nº 16/2023), num manifesto reconhecimento do incremento da I&D.

Contudo, tal evolução não significa que a opção por modelo unitário no sistema de ensino superior seja o melhor meio para assegurar o seu desenvolvimento e diversidade, respondendo a um leque diferenciado de necessidades do país. É necessário e importante flexibilizar o sistema binário, viabilizando um quadro mais aberto capaz de enquadrar novos reptos e desafios, conferindo uma margem mais plástica à atuação das instituições. Mas importa que essa abertura seja regulada, segundo princípios e critérios claros. É o caso dos requisitos que enquadram as universidades politécnicas, que procuram elevar os padrões institucionais de qualidade, refletindo a evolução muito significativa do subsistema, reconhecida nacional e internacionalmente.

O RJIES deve ser uma oportunidade para qualificar o sistema e as suas instituições, um estímulo ao seu

desenvolvimento, não um limbo desregulado onde o crivo final reside na decisão política e não na manifesta competência das IES, como consta na proposta do Governo.

A qualificação do sistema de ensino superior, o desenvolvimento de uma rede nacional de IES viva e coesa, bem como a sua internacionalização, só será possível se as IES estiverem dotadas da autonomia necessária ao planeamento e realização do seu projeto identitário no âmbito da sua missão. Estão em causa as dimensões como, com particular acuidade, a autonomia financeira, a qual só o será verdadeira se alicerçada num modelo estável, previsível e sustentável; só será autêntica, se libertar as IES de processos burocráticos, improdutivos, acautelando o efetivo exercício da autonomia.

Faz parte da autonomia a possibilidade de cada instituição, de acordo com a suas características e valores, encontrar formas próprias de organização e gestão, dentro de um quadro regulamentar flexível, mas atento à participação de todos (professores, investigadores, pessoal técnico, estudantes, membros externos).

O ensino superior merece e precisa de um debate sério, alargado, que constituía uma real oportunidade para se qualificar e robustecer. ■

* Deputada à AR

▶ CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7

O nosso tempo de ecrã não é neutro – o que nos mostram e o que nos escondem influencia a política, a sociedade e a forma como nos vemos uns aos outros. Se queremos combater a polarização e a ascensão do ódio, temos de garantir que as plataformas digitais não sejam máquinas de manipulação e radicalização.

Mas acima de tudo, queremos um país onde uma mulher na política não tenha de ser perfeita para ser levada a sério. Onde o seu espaço não seja uma concessão, mas um direito inquestionável. Onde possamos errar, aprender, crescer e liderar sem ter de provar todos os dias que merecemos estar aqui. E queremos um país onde não deixemos que nos dividam com narrativas artificiais. Rapazes e raparigas, jovens, partilhamos os mesmos desafios. Queremos um futuro com oportunidades. A extrema-direita cresce no vazio. Nós temos de ser a alternativa – com esperança, com soluções e

com políticas que transformem vidas. Com ambição.

O abuso de certas qualificações políticas arrisca esvaziá-las de sentido. O populismo é real, mas, na boca de alguns, qualquer coisa de direita de que se não goste é populismo. O wokismo vai pelo mesmo caminho: qualquer coisa de esquerda de que se não goste é "woke". O livro da filósofa americana Susan Neiman, "A esquerda não é woke", fez algum sucesso no espaço da esquerda democrática, designadamente, parece-me, por defender o universalismo das lutas da esquerda contra um certo "tribalismo" de lutas específicas. Qual o significado político da tua afirmação "sou woke"? Como problematizas a capacidade atual da esquerda para representar a vida real das pessoas que sofrem injustiças?



O que significa ser "woke"? Significa estar consciente das injustiças do mundo e recusar a ideia de que elas são inevitáveis. Significa não aceitar que a desigualdade seja

um dado adquirido.

A extrema-direita fez um excelente trabalho em transformar esta palavra num insulto. Porquê? Porque lhes incomoda que haja gente que não se resigna. Que continue a acreditar que o mundo pode – e deve – ser mais justo. E porque em algumas circunstâncias, uma ínfima minoria do movimento prejudicou a causa no seu todo e contribuiu para a tentativa de descredibilização do mérito da causa intitulada woke. Mas não podemos deixar que isso aconteça.

Mas a esquerda também tem de fazer a sua autocrítica. Não podemos falar de política como se estivessemos num seminário universitário fechado em si mesmo. Se queremos que as pessoas se identifiquem com as nossas lutas, temos de demonstrar que a justiça social não é um conceito abstrato – é algo que se reflete na vida concreta de cada pessoa. Ser woke é defender que condições dignas para todas as

pessoas é uma questão de justiça social. Não há justiça social se quem trabalha não consegue viver bem, se os salários não acompanham o custo de vida, se a habitação é um privilégio e não um direito, se a mobilidade determina quem pode ou não aceder a oportunidades. Nenhuma sociedade é realmente justa quando as condições materiais continuam a bloquear o futuro de tantos. Ser woke é rejeitar a precariedade como destino, é exigir igualdade de oportunidades na prática, é querer um país onde todos possam viver com dignidade.

A esquerda tem de recuperar o seu discurso de transformação real da sociedade. Se nos limitamos a reagir, sem apresentar uma visão ambiciosa para o futuro, deixamos o terreno livre para quem se aproveita do desespero e do medo. Ser woke é saber que não basta querer um mundo mais justo – é agir para que ele exista. Não é política de cancelamento. ■

“EUROPA, DIGA QUALQUER COISA DE ESQUERDA”

MARTA TEMIDO*



“D’Alema, reaja, diga uma coisa de esquerda. Diga qualquer coisa, mesmo que não seja de esquerda. Responda. Diga algo civilizado.” No filme Aprile, de Nanni Moretti, o pano de fundo é a transmissão televisiva de um debate entre políticos italianos, no final da década de 1990; quem assiste, suplica a Massimo d’Alema que reaja às afirmações de Silvio Berlusconi. Hoje, sentimos o mesmo desespero face ao discurso político, tantas vezes, dominante, na União Europeia (UE), para não dizer no mundo. Com o resultado das recentes eleições antecipadas na Alemanha a dar a vitória à União Democrata-Cristã e à União Social-Cristã, com 28,6%, o estatuto de maior partido da oposição à Alternativa para a Alemanha e a relegar o Partido Social-Democrata para terceiro lugar, com apenas 16,4% dos votos, menos um Estado-Membro da UE garante um governo de esquerda. Com a administração dos Estados Unidos da América cada vez mais em roda-livre, entre a deportação abusiva de imigrantes ilegais, a imposição unilateral de novas tarifas alfandegárias, o desmantelamento do aparelho federal, a ameaça de saída de acordos e organizações internacionais e as suspeitas crescentes de o Presidente Trump ser, afinal, ele próprio, um asset da Rússia, a democracia e o multilateralismo perdem terreno. A UE, enquanto projeto de paz e prosperidade partilhadas, está, aparentemente, sitiada.

Este é um momento crítico, que requer um compromisso inequívoco com os valores que, na nossa família política, sempre defendemos. O alarmante crescimento das lideranças nacionalistas ameaça o progresso pelo qual nos batemos, numa Europa unida, justa, socialmente responsável, ambientalmente sustentável e economicamente forte.

Afirmámo-lo muitas vezes, ao longo dos últimos três anos: que a defesa da Ucrânia, face a uma guerra de agressão, era a defesa da Europa. Mas nos últimos dias, isso tornou-se absolutamente claro. A proteção das infraestruturas críticas europeias, a proteção dos nossos processos democráticos face à interferência externa, a proteção das nossas escolhas de um projeto europeu comum baseado em princípios e valores, exigem que enfrentemos um contexto adverso. A UE tem que garantir a sua capacidade própria de defender os seus cidadãos e isso implica um esforço de investimento; um investimento que tem de ser acompanhado por outro, de igual força, no combate às vulnerabilidades sociais; um investimento para defender a paz.

É por isso que - como, recentemente, reafirmamos, enquanto Grupo S&D no Parlamento Europeu - “para nós, a segurança não significa apenas construir as capacidades de defesa necessárias, mas também defender o nosso modelo social europeu. Garantir empregos de qualidade, salários justos, habitação digna, educação e cuidados de saúde de qualidade, preservando simultaneamente o nosso planeta. Proteger as pessoas, o Estado de direito e a nossa democracia.”

Devemos interrogar-nos sobre as razões pelas quais as nossas propostas políticas não têm recolhido os resultados eleitorais de que precisamos para defender aqueles objetivos. Em muitos Estados-Membros, a distribuição geográfica do sentido de voto mostra uma coincidência entre o aumento da preferência pela direita radical e os territórios negligenciadas. A desigualdade de desenvolvimento, a crise demográfica e o centralismo institucional geram o despovoamento territorial que arrasta o descontentamento e o extremismo. Daqui à tentação de ceder a agendas populistas vai um passo; um passo que não pode ser dado porque será, sempre, um recuo civilizacional e uma traição a uma sociedade mais decente. Nós, socialistas e democratas, defendemos políticas cujo principal objetivo é melhorar a vida das pessoas enquanto estudam, trabalham, cuidam das suas famílias ou entram na velhice. Defendemos uma sociedade onde a diversidade é respeitada e os direitos e liberdades de cada um têm a mesma proteção. Defendemos um modelo económico socialmente justo e ambientalmente sustentável. Defendemos uma ordem global baseada em regras, na estabilidade e na paz. Isto é quem somos. São estas as nossas escolhas políticas. Difícil de fazer? Imaginem se também desistimos de o dizer. ■

* Deputada ao Parlamento Europeu



A REINDUSTRIALIZAÇÃO (VERDE) DA UNIÃO EUROPEIA

SÉRGIO GONÇALVES*



“As metas climáticas são particularmente desafiantes para certas indústrias, como a do aço e dos metais, que precisam de atenção especial para não sofrerem com a concorrência de países terceiros que não têm a mesma ambição climática que a Europa. Além disso, o setor das energias e tecnologias limpas é crucial para o futuro da competitividade industrial europeia e pode ser um motor para a nossa economia e uma fonte de inovação.”

É fundamental apoiarmos a reindustrialização da União Europeia de forma a assegurarmos a sua autonomia e competitividade. Num mundo cada vez mais volátil, e com os EUA cada vez mais longe da Europa, não podemos depender de países terceiros em áreas chave, como a defesa ou a energia. Para além disso, temos de proteger as nossas indústrias e empregos da concorrência desleal de países terceiros, muitas vezes baseada em salários baixos e desrespeito pelos direitos humanos e ambiente.

Esta reindustrialização deve estar alinhada com os objetivos da transição verde. As metas climáticas são particularmente desafiantes para certas indústrias, como a do aço e dos metais, que precisam de atenção especial para não sofrerem com a concorrência de países terceiros que não têm a mesma ambição climática que a Europa. Além disso, o setor das energias e tecnologias limpas é crucial para o futuro da competitividade industrial europeia e pode ser um motor para a nossa economia e uma fonte de inovação.

Neste contexto, a Comissão Europeia apresentou, no mês passado, o Pacto da Indústria Limpa. O seu objetivo é garantir a competitividade e resiliência da nossa economia, acelerando a descarbonização e assegurando o futuro da competitividade da indústria europeia.

Destaco três aspetos deste Pacto. Primeiro, este mobilizará 100 mil milhões de euros para apoiar indústrias não poluentes na UE. Segundo, pretende reduzir as faturas energéticas das indústrias, empresas e famílias, através da revisão de tarifas e impostos sobre a eletricidade e da aceleração de projetos de energias renováveis. Terceiro, este Pacto inclui um financiamento de mais de 80 milhões de euros, através do programa Erasmus+, para desenvolver competências e criar empregos de qualidade em diferentes indústrias.

Este pacote de medidas é fundamental para o futuro da UE, garantindo que a descarbonização das nossas sociedades pode ser um motor da nossa competitividade. Dito isto, dois passos que ficam por tomar. Independentemente dos esforços que fizermos, algumas regiões perderão postos de trabalho com a transição verde e com as guerras comerciais que se avizinham. É, por isso, fundamental reforçar a Política de Coesão, canalizando fundos para as áreas mais afetadas, assegurando que, quando não for possível manter empregos numa certa indústria, surjam oportunidades noutras setores.

Segundo, a União Europeia tem de escolher indústrias prioritárias que que devem receber maior apoio. Por exemplo, é fundamental desenvolver uma indústria europeia de baterias. As baterias são uma importante fonte de lucro nos carros elétricos e, por isso, produzi-las na Europa permitiria manter uma maior percentagem dos benefícios económicos associados à produção de um carro dentro da UE. Em conclusão, devemos saudar as medidas apresentadas pela Comissão Europeia, pois conjugam objetivos climáticos e competitividade. Por outro lado, podem não ser suficientes para garantir que ninguém, nem nenhuma região, fique para trás. Esperamos, por isso, que estas sejam apenas o começo deste esforço. ■

* Deputado ao Parlamento Europeu

150 ANOS DE ESPERANÇA: UMA CELEBRAÇÃO

FRANCISCO CASTRO REGO



A fundação do Partido Socialista Português surge na sequência da promoção dos ideais socialistas e da sua associação às organizações de trabalhadores que se constituíam, sobretudo, depois da fundação em 1850 do periódico 'Eco dos Operários'."

O dia 10 de janeiro de 2025 foi de celebração do Socialismo, comemorando na sede do Partido Socialista os “150 de Esperança” decorridos depois da fundação do Partido Socialista Português em 10 de janeiro de 1875. Já em 1975 Isabel Soares publicava o seu “Cem Anos de Esperança”. Meio século depois a Esperança continua. A Esperança no Socialismo.

E a esperança de hoje é seguramente a mesma dos fundadores do Partido Socialista Português (PSP) de há 150 anos. De José Fontana, encadernador, caixeiro e depois sócio-gerente da livraria Bertrand, que tinha sido membro do Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores (A.I.T.) e viria a ser o primeiro secretário-geral do Partido. De Azedo Gneco, operário gravador na Casa da Moeda, que fez a proposta de constituição do PSP e que viria a ser o seu segundo secretário-geral, após a morte de Fontana. De Nobre França, tipógrafo, o primeiro secretário da secção portuguesa da A.I.T., e redator do primeiro Programa do Partido Socialista Português em 1877. Mas, para além destes membros, que tinham forte relação com as organizações internacionais de trabalhadores e que se correspondiam com Marx e Engels, surgia uma figura diferente, a de Antero de Quental, escritor, poeta, filósofo, nascido nos Açores, licenciado em Direito em Coimbra, depois também tipógrafo em Paris e em Lisboa, e grande dinamizador, em 1871, das polémicas Conferências do Casino, que tanto incómodo causaram ao regime da altura.

A fundação do Partido Socialista Português surge na sequência da promoção dos ideais socialistas e da sua associação às organizações de trabalhadores que se constituíam, sobretudo, depois da fundação em 1850 do periódico “Eco dos Operários”, promovido por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça. Os trabalhadores tinham organizações, mas não tinham ainda um partido que disputasse eleições. Democracia e Socialismo ainda não tinham convergido.

Em 1871, a Associação Internacional de Trabalhadores promovia ativamente a colaboração entre socialistas dos vários países. Mas esta colaboração era difícil, pela perseguição das polícias dos regimes que assistiram assustados aos acontecimentos da Comuna de Paris. Um desses encontros aconteceu entre os espanhóis Anselmo Lorenzo e Francisco Mora, membros da secção espanhola da Primeira Internacional, fugidos de Espanha, com os nossos José Fontana, Antero de Quental e Batalha Reis, encontros que foram posteriormente relatados pelos próprios. José Fontana, seguido pela polícia, indicava que não podiam reunir numa casa qualquer e sugeria o Tejo e um barco. “E durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu (Batalha Reis) remava, o Antero discutia, com os emissários socialistas, a revolução operária que já lavrava na Europa”. Anselmo Lorenzo descreve esses encontros em barco na noite do Tejo de uma forma bem ilustrativa: “o isolamento do local, a escuridão atenuada só pelo brilho fosforescente da água penetrada pelos remos com lentidão preguiçosa e aquele majestoso silêncio... predisponha de uma bela maneira àquela comunhão do pensamento e da vontade,

precursora de um novo curso de ideias”. Mas depois, “entregues por completo à nossa inocente alegria e deixando o barco à deriva trespassou, sem dúvida, certos limites assinalados pelo poder arbitrário da autoridade e dele nos advertiu o brilho duma espingarda e a voz duma sentinela do Arsenal que gritou: Quem vem lá? Os nossos amigos aperceberam-se do perigo respondendo e deitando mão aos remos para evitar que a autoridade se entrespusesse no caminho dos nossos grandiosos propósitos”. São episódios de uma bela história de grande e ingénuo Esperança pela chegada próxima do Socialismo. Em 1872, o Congresso de Haia da Associação Internacional de Trabalhadores decidiu a favor de que, nos diversos países, a classe operária se constituísse em partido político e participasse nas eleições. E Nobre França, em relatório sobre os reflexos do Congresso de Haia no movimento socialista, orgulhava-se com a criação do Partido Socialista Português em 1875, como o primeiro a ser criado na consequência da Primeira Internacional. Escreveria mais tarde Nobre França: “Agora sabe o meu

apenas em 1969.

A vida do primeiro Partido Socialista em Portugal foi muito rica, mas muito difícil. A participação nas eleições não teve muito sucesso, mas o Partido esteve ativo realizando Congressos em 1877 (Lisboa), 1878 (Porto), 1879 (Lisboa), 1880 (Porto), 1911 (Lisboa) 1913 (Porto), 1915 (Covilhã), 1917 (Coimbra), 1919 (Figueira da Foz), 1920 (Lisboa), 1922 (Tomar), 1924 (Porto), 1926 (Lisboa), tendo sido ilegalizado em 1933 pelo Estado Novo, depois de uma última Conferência Socialista em Coimbra.

O Partido Socialista deixara de existir, mas as ideias socialistas continuavam. Mas só em 1964 voltaria a ser criada, na clandestinidade em Genebra, uma nova organização, a Associação Socialista Portuguesa. E em, 1973, é finalmente fundado, na Alemanha, com a liderança de Mário Soares, o atual Partido Socialista.

José Neves, do grupo fundador do Partido Socialista em 1973, escreveu uma obra fundamental, reeditada em 2024, do percurso do “Partido Socialista Da Génese à Re-fundação (1875-1973)”, de leitura obrigatória para quem



amigo qual foi a federação meridional que, a primeira vez proclamou com alemães, ingleses, americanos, suecos, holandeses e alguns belgas, suíços e franceses a constituição do partido operário? Foi Portugal!”.

Em 1875, Portugal terá sido, de facto, o primeiro país a constituir um Partido Socialista em consequência das decisões do Congresso de Haia de 1872. O segundo partido a ser criado nessa sequência, nesse mesmo ano de 1875, mas em agosto, foi o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), fundado em Gotha com Karl Marx e Ferdinand Lassalle, e que se manteve até hoje com a mesma designação. Em Espanha, só em 1879 se criaria o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) por iniciativa de Pablo Iglesias. No Reino Unido, o início do Partido Trabalhista reporta-se a 1900. Em França, é só em 1905 que as diversas tendências socialistas se decidem fundir para a criação de um partido, inicialmente designado como a Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), em que participa Jean Jaurés, partido que passa a adotar a designação de Partido Socialista Francês

se interesse pelo Socialismo e pela sua História. Uma obra e um autor que merecem especial homenagem. Outros livros importantes foram “O Socialismo em Portugal 1850-1900” de César Oliveira em 1973 e “O Socialismo e o PS em Portugal” de Pereira Marques, editado em 2017. E, pedindo antecipadamente desculpa por esta publicidade em causa própria, o meu “Princípios do Socialismo à volta de Antero” que lancei a 10 de janeiro de 2014, nos 140 anos de criação do Partido Socialista, com apresentação de José Augusto França e João Cravinho, e agora reeditado para os “150 anos de Esperança” com palavras na contracapa de Porfírio Silva e Carlos Trindade. Os livros como os partidos são instrumentos que as ideias usam para se propagar. E a ideia do Socialismo, que talvez deva ser sempre utópica, é aquela que importa propagar e nos deve mover. Com a Esperança de que estejamos cada vez mais próximos, sem nunca o atingirmos completamente, com avanços e recuos. Mas sempre respeitando os Princípios tão válidos há 150 anos como nos dias de hoje. ■



ANA ROCHA NENEPS

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2025 JÁ SÃO HISTÓRICAS

De todos os nomes já conhecidos entre candidatos e candidatas do PS, o destaque vai para o de Alexandra Leitão, a primeira mulher a protagonizar uma candidatura autárquica do Partido Socialista à capital do País.

ATUAL LÍDER da bancada parlamentar do PS e ex-ministra, Alexandra Leitão parte à conquista da liderança do município de Lisboa com o apoio de uma FAUL liderada também por uma mulher, Carla Tavares.

Elza Pais, líder das MS-ID considera estarmos perante “um momento muito significativo, porque cada mulher pioneira numa batalha política é uma mulher que ultrapassa um teto de vidro”. A presidente nacional das Mulheres Socialistas tem vindo a acompanhar muito de perto o processo de designação de candidatos e candidatas, apoiando cada candidatura. O distrito de Lisboa inclui também os nomes de Ana Mendes Godinho, em Sintra, e de Ana Sofia Antunes, em Oeiras, como candidatas já conhecidas. Dos nomes já escolhidos e anunciados, destaca-se também o de Ana Abrunhosa, ex-ministra da Coesão, que irá disputar o município de Coimbra.

Mais igualdade no Poder Local

Apesar de estarem a apenas cerca de seis meses de distância, as Eleições Autárquicas de 2025 ficaram agora mais distantes, tendo em conta que a prioridade passaram a ser as Eleições Legislativas antecipadas pelo chumbo da moção de confiança apresentada pelo Governo. Ficam assim “congeladas” algumas candidaturas autárquicas que estavam em fase de decisão, algumas das quais

encabeçadas por mulheres. Mas apesar deste natural compasso de espera, o Partido Socialista tem já decidida a esmagadora maioria dos protagonistas que vão liderar candidaturas às Câmaras Municipais. Muitos desses protagonistas são mulheres. E continuam a ser uma minoria...

A lei coloca o limiar da paridade nos 40%, aos definir uma participação mínima de 40% de pessoas do mesmo sexo em listas eleitorais. Estando essa participação assegurada, beneficiam dela as mulheres, o sexo que continua sub-representado. Ainda assim, continua longe o objetivo de atingir uma participação de igual representatividade ao nível das lideranças. E onde o fenómeno atinge maior visibilidade é precisamente em Eleições Autárquicas: em 308 municípios, apenas 29 são presididos por mulheres, sendo 19 eleitas pelo Partido Socialista.

Nas eleições de 2021, pela primeira vez, foi aplicada a nova Lei da Paridade, que aumentou o limiar de paridade de 33% para 40%. Nas suas listas, em todo o país, o PS apresentou mais de 50 mil candidatos/as, sendo que mais de 20 mil são mulheres. Mas apenas 45 lideraram candidaturas às Câmaras Municipais. Não chegaram a 15%. Quatro anos volvidos, com o processo ainda por concluir, verificam-se avanços e, nalguns casos, significativos. Por exemplo, nos Açores, sete mulheres vão protagonizar candidaturas autárquicas

a municípios, quando nas últimas eleições foram apenas três. Mas noutras regiões do país, os progressos continuam a marcar passo. Ainda assim, estima-se que o número de cabeças de lista mulheres venha a crescer nas próximas Eleições Autárquicas.

A exemplo do que sucedeu nas anteriores eleições, as Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos, aprovaram uma recomendação, que enviaram ao Secretário-Geral e que depois fizeram chegar a todas as estruturas do PS. O documento apela a que seja observada a alternância de género nos dois primeiros lugares de todas as listas, devendo as mesmas ser tendencialmente paritárias. Por outro lado, recomenda também um patamar de 40% de cabeças de lista mulheres nas candidaturas à presidência dos municípios com mais 100 mil eleitores, colocando ao PS este desafio de âmbito nacional, a que se associa a ambição de duplicar as candidaturas de cabeças de lista mulheres às presidências das Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia.

Além disso está em fase de aprovação o Manifesto para a igualdade no poder Local, um documento de apoio aos programas eleitorais locais que pretende apoiar o partido no desenvolvimento de propostas eleitorais tendentes a territorializar políticas de Igualdade. ■ MS-ID

MULHERES E LIBERDADE

O título vem bem a propósito do dia e do livro apresentado pelas Mulheres Socialistas: decorreu no passado dia 8 de março, na Sede Nacional do PS, a apresentação de uma coletânea de textos de 50 mulheres. O objetivo foi assinalar o Dia Internacional da Mulher com reflexões de mulheres sobre a Liberdade alcançada no contexto do 25 de Abril.

NA ABERTURA da sessão, foi imediatamente lembrado o contexto de ameaça aos Direitos das Mulheres protagonizado pela extrema direita, em ascensão na Europa e no Mundo. Elza Pais, presidente nacional das Mulheres Socialistas, fechou a sua intervenção inicial sublinhando que “a luta pela igualdade tem de continuar”, uma expressão que resume de forma muito realista o conteúdo dos 50 depoimentos presentes no livro apresentado. A publicação conta com contributos de 25 jovens envolvidas na política nacional e de 25 mulheres que viveram os tempos da ditadura. Entre umas e outras está a Revolução dos Cravos, que alterou completamente o paradigma da vida das mulheres no que respeita a direitos, liberdades e garantias.

Entre as 25 mulheres lutadoras pela Democracia e pelo direito à Liberdade, encontram-se nomes como o de Alice Vieira, Ana Gomes, Ana Sara Brito, Carmelinda Pereira, Edite Estrela, Lúcia Jorge, Maria Odete Isabel, Margarida Marques ou Teresa Ricou, entre muitas outras. Entre estas mulheres, está o nome de Maria Teresa Horta, que não tendo escrito um depoimento, foi homenageada com a transcrição de um poema seu.

As 25 jovens mulheres que integram a autoria do livro nasceram no pós-25 de Abril e refletem maioritariamente sobre a importância de se valorizar as conquistas alcançadas, apesar de não terem conhecido a impossibilidade de votar, de viajar para fora do país sem autorização do marido ou de não poderem aceder a determinadas profissões, por exemplo.

A iniciativa contou com a participação de personalidades da política, da área da cultura e da área académica, bem como de pessoas das mais diversas áreas profissionais, e contou com a presença de dirigentes nacionais das MS-ID, mas também de dirigentes nacionais do Partido Socialista.

Pedro Vaz, secretário nacional para a Organização do PS, encerrou a sessão, em representação do Secretário-Geral, e sublinhou a necessidade de travar todas e quaisquer tentativas de retrocesso aos direitos das mulheres, dando nota da determinação do PS em prosseguir o caminho de aprofundamento da Igualdade. As MS-ID decidiram assinalar o Dia Internacional da Igualdade com uma iniciativa de homenagem, que se prolongará no tempo através do próprio livro. ■ MS-ID

JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES/PS



EM DEFESA DA DIGNIDADE PARLAMENTAR

PEDRO DELGADO ALVES*



“*Infelizmente, episódios recentes na atual e na anterior Legislatura têm vindo a revelar que já não é possível manter a ausência de respostas para assegurar o cumprimento das regras relativas à urbanidade e lealdade institucional.*”

Ao contrário do que se verifica na maior parte dos Parlamentos democráticos, a Assembleia da República não tem hoje ao seu dispor mecanismos para garantir o cumprimento das regras de urbanidade, respeito e lealdade fundamentais para a condução e realização dos seus trabalhos.

Por um lado, os episódios menos dignificantes da vida parlamentar ao longo dos últimos cinquenta anos não passaram disso, de episódios pontuais, prontamente superados pelo reconhecimento do excesso ou pelo exercício da magistratura de influência do Presidente da Assembleia ou das lideranças parlamentares. Por outro lado, a juventude da democracia portuguesa, construída em oposição à memória de um regime autoritário e antiparlamentar, pesou também na opção de não consagrar um quadro de sanções suscetíveis de utilização abusiva por uma maioria menos escrupulosa contra uma minoria incómoda, o que o contexto histórico ajuda a compreender.

Infelizmente, episódios recentes na atual e na anterior Legislatura têm vindo a revelar que já não é possível manter a ausência de respostas para assegurar o cumprimento das

regras relativas à urbanidade e lealdade institucional, previstas no Código de Conduta desde 2019. Insultos e ameaças a Deputados e a pessoas ausentes, incluindo líderes eleitos de países democráticos, atribuição de culpas coletivas e atitudes discriminatórias a grupos étnicos, imigrantes e minorias, difamação de pessoas inocentes, relatos de bullying, assédio e intimidação, dentro do plenário, com insultos e afirmações trocistas relativas a Deputados – e, em especial, Deputadas – são comportamentos que não só não dignificam quem os pratica, como lesam o prestígio da Assembleia e impedem o normal funcionamento dos seus trabalhos.

É neste contexto, face às circunstâncias presentes e à reiterada ocorrência de situações descritas da parte de quem traz uma agenda extremista e quer descredibilizar as instituições democráticas, que o PS entende que podemos e devemos procurar nas experiências de outros parlamentos ferramentas adicionais para defender o parlamento. As normas do Código de Conduta devem ser acrescidas da previsão mais detalhada de como proceder nestas circunstâncias, robustecendo as garantias de proteção da instituição parlamentar, assegurando aos Deputados condições de

exercício sem perturbação do mandato e salvaguardando a posição de terceiros que podem ser alvo de referências injuriosas ou difamatórias.

Não é necessário inventar a roda, nem as medidas que se sugerem tornaram menos democráticos os parlamentos em que vigoram: admoestar os incumpridores, solicitando-lhes que retirem as expressões injuriosas quando for o caso e retirando a palavra se o mesmo não sucede, prever a possibilidade do Presidente determinar que o infrator não usa de novo a palavra ou que se tenha de retirar até ao final do ponto em discussão ou da reunião em curso, prever que nos casos mais graves (que devem ser previamente tipificados) se podem suspender atividades laterais, como a participação em visitas, delegações externas ou em grupos parlamentares de amizade, são medidas de bom senso e proporcionais ao que está em causa.

Para preservar o espaço da representação democrática, é fundamental que os democratas se unam em defesa do Parlamento, e que ajudem a preservar a sua dignidade de quem o quer apoucar. Não falharemos à chamada. ■

*VICE-PRESIDENTE GPPS



JORGE FERREIRA/GPPS

